

# Cientista prevê ordem liberal e economia conservadora

O cientista político Herbert Souza, pesquisador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e militante da AP (Ação Popular) na época da luta armada, previu, em um exercício especulativo sobre a futura Constituição, que a nova ordem será liberal na política e conservadora na economia, sob o sistema presidencialista de governo.

Na análise do que chamou de "os quatro Brasis possíveis", ele definiu cenários políticos — *neo-autoritarismo, liberalização sem reformas, liberalização com reformas sociais importantes e democratização com reformas estruturais* —, medindo com estrelas as respectivas possibilidades de ocorrência.

O *neo-autoritarismo*, que seria o retorno ao regime militar, recebeu apenas uma estrela, o mesmo número atribuído à situação do extremo oposto — *democratização com reformas estruturais*, sob o parlamentarismo. A hipótese *liberalização com algumas reformas sociais importantes*, que inclui um sistema misto de parlamentarismo e presidencialismo, teve três estrelas. Mas perdeu para *liberalização sem reformas* (quatro estrelas), porque, segundo Herbert, "nossos liberais não primam pela coerência entre discurso e prática".

A possibilidade de retorno ao autoritarismo, acredita Herbert Souza, é remota. Só ocorreria num quadro de explosão social e colapso do governo. "Quando se pensa no prestígio do presidente Sarney, vem a dúvida: uma ou três estrelas? Mas fica uma estrela para espantar o demônio."

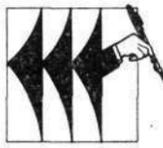
O cenário *liberalização sem reformas* foi definido a partir de posições assumidas pelo governo. O presidente José Sarney já comunicou à Constituinte que, além do mandato de cinco anos, quer a manutenção do sistema presidencialista. A política econômica do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, tem como pressuposto o reatamento com o FMI e adotou o arrocho salarial como principal arma de combate à inflação. No horizonte da renegociação da dívida externa está a oferta de dólares feita pelo Japão e o próprio Sarney apontou o caminho da abertura ao capital estrangeiro, como saída para impulsionar o desenvolvimento.

"Pelo rumo que a conjuntura segue e pela tendência dominante da história brasileira, marcada pelo autoritarismo e conservadorismo de nosso processo político, creio que esse ainda é o cenário dominante. Dou para ele, contra a minha vontade, quatro estrelas", justificou Herbert.

Ele explicou que "um cenário é uma construção teórica, política e ideológica. A construção teórica de uma realidade é também a expressão de um desejo, um medo ou uma utopia." Lembrou que a técnica de projetar cenários é usada tanto por cientistas políticos como por empresas de consultoria, que fazem diagnósticos de conjuntura para orientar investimentos em países do Terceiro Mundo.

"Mas reconheço que nada é mais difícil e perigoso que falar sobre o futuro. Uma vez participei de um seminário na Bolívia e um brilhante e temerário cientista político boliviano sentenciou, às dez da noite: terminou a época dos golpes militares na Bolívia. Às onze as agências anunciavam um novo golpe", contou Herbert Souza.

Cotação ★ menos provável ★★ ★★★ ★★★★ ★★★★★ mais provável

CENÁRIOS POLÍTICOS 1987—1991	REGIME E CONSTITUIÇÃO DE 1987	Executivo 	Legislativo 	Judiciário 	Intervenção militar 	Política econômica 	Política social 	Organização da sociedade 
★ 1) <b>Neo-autoritarismo</b>	★ — Presidencialismo — Conservadora	★★★★★	★	★	★★★★★	— Prioridade ao desenvolvimento social — Autonomia na definição da política econômica — Reforma agrária profunda	— Contenção de gastos sociais	★★ Reprimida
★★★★ 2) <b>Liberalização sem reformas</b>	★★★ — Presidencialismo — Conservadora na ordem econômica. Liberal em relação aos direitos individuais	★★★★	★★	★★	★★★★	— Renegociação com o capital estrangeiro — Prioridade ao mercado interno — Reforma agrária moderada	— Atendimento a emergências sociais	★★★ Desenvolvida, em oposição ao Estado — Ampliação dos movimentos sociais
★★★ 3) <b>Liberalização com reformas sociais importantes</b>	★★★ — Parlamentarismo — Liberal, social democrata	★★★	★★★	★★★	★★	— Mais concessões ao capital estrangeiro — Prioridade à exportação — Pagamento da dívida — Submissão ao FMI — Combate à inflação	— Aumento dos gastos sociais — Combate à miséria absoluta	★★★ Desenvolvida, em oposição e articulação com o Estado
★ 4) <b>Democratização com reformas estruturais</b>	★ — Parlamentarismo — Progressista/Socialista	★★	★★★★	★★★★	★	Mais concessões ao capital estrangeiro — Prioridade à exportação — Submissão ao FMI — Pagamento da dívida — Política econômica ortodoxa	— Políticas de bem-estar social amplas — Aumento expressivo dos gastos sociais	★★★★★ — Ampliação expressiva — Articulações expressivas com o Estado

## Cena 1

### A volta ao regime militar autoritário

Com a Constituição baixada por decreto, as Forças Armadas reassumem o poder, pondo fim à fugaz primavera da Nova República. O regime é autoritário e conservador, com o retorno do presidencialismo de Executivo forte. O Judiciário e o Legislativo passam a ter funções decorativas. A União monopoliza poder e recursos financeiros, tornando prefeitos e vereadores figuras de ficção.

Instalados no comando da máquina estatal, os militares ordenam: o objetivo prioritário é o pagamento da dívida externa. Sob monitoramento do FMI, ressuscita-se o lema "exportar é a solução". Os dólares produzidos pela balança comercial não chegam a entrar no país, pois são remetidos diretamente para os bancos credores. Ao mesmo tempo, a abertura ao capital estrangeiro volta a ser a grande solução para a promoção do desenvolvimento interno.

O regime autoritário dá sua cota de sacrifício no esforço de redenção nacional, mandando reduzir a zero os investimentos no setor social. Para conter as insatisfações, a censura aos meios de comunicação é restabelecida e são proibidas manifestações de entidades da sociedade civil. A Igreja volta a ser inimiga do Estado.

## Cena 2

### Os governadores mandam e desmandam

Constituição conservadora na ordem econômica e liberal nos direitos individuais. O presidencialismo está mantido, mas o Executivo aceita maior participação do Legislativo e do Judiciário, sem perder as rédeas do poder. Os governadores mandam e desmandam na administração federal, enquanto os militares, com discrição, continuam alojados no centro de decisões.

Celebrada a paz com o FMI e dominada a inflação, à custa principalmente dos assalariados, celebra-se a opção pela abertura da economia ao exterior. Finalmente, chega a prometida ajuda do Japão para o pagamento da dívida externa. Sob a capa de benfeitores, os capitalistas japoneses conseguem montar plataformas de exportação nas barbas dos concorrentes norte-americanos.

No plano social, o Estado limita-se a atender situações de emergência, sem ir a fundo nas causas. Deixa que a reforma agrária continue a marcar passo, apesar do crescente número de agricultores sem terra que protestam acampando nas beiras de estrada. A pressão das reivindicações cria um foco de tensão que ameaça reabrir o antagonismo entre cidadãos e Estado da Velha República.

## Cena 3

### Parlamentarismo, mas à brasileira

Chega o parlamentarismo, à brasileira. O presidente é eleito pelo voto direto, ainda com muito poder. Tanto que o Congresso divide com ele a prerrogativa de escolher o primeiro-ministro. A Constituição busca um equilíbrio entre a liberalidade da ordem econômica e o reconhecimento dos direitos individuais e sociais.

Na administração, burocratas profissionais surgem para decretar o fim do clientelismo político; estados e municípios compartilham o poder com a União. Num sistema onde os partidos são o centro, as Forças Armadas tornam-se subordinadas à autoridade civil.

O estatuto do capital estrangeiro é redefinido, através de uma política econômica que tem como pontos de apoio a prioridade para o mercado interno e à indústria nacional. Uma reforma agrária moderada amplia o número de produtores e de consumidores das manufaturas aqui produzidas.

Os gastos sociais e o combate à miséria absoluta tornam-se metas de governo. Ao mesmo tempo, a sociedade civil afirma-se diante do poder estatal, assumindo papel ativo na política.

## Cena 4

### Partidos fortes dirigem a política

O Executivo é subordinado ao Legislativo e ao Judiciário, enquanto partidos políticos fortes dirigem a política do Estado, cumprindo objetivos determinados pela sociedade. É o primado do parlamentarismo, no qual a administração pública ressurgiu dignificada, estados e municípios têm mais poder que a União e a Constituição restringe o papel dos militares à defesa contra agressões vindas do exterior.

A política econômica, em consequência de uma redefinição profunda, condiciona as metas ao desenvolvimento da população e ao atendimento de suas necessidades básicas. Os gastos sociais indicam a adoção de políticas de bem-estar. A reforma agrária deu um ponto final em 500 anos de concentração da propriedade da terra e violência no campo. A capacidade de mobilização da sociedade civil incorpora o exercício da cidadania à atividade política.